

Narrativas de um candango em Brasília¹

Heloisa Helena Pacheco Cardoso
UFU/Projeto Procad

RESUMO

Este artigo trata das experiências de um candango em Brasília, utilizando para análise sua própria narrativa. Eronildes Guerra de Queiroz, pernambucano, chegou ao Planalto Central nos anos 50 em busca de melhor condição de vida, como muitos outros que viram tal oportunidade na construção da nova capital. Em 1991, ele relata sua trajetória aos pesquisadores do Arquivo Público do Distrito Federal. Refletir sobre o conteúdo dessa narrativa significa não só desvendá-la enquanto expressão de práticas sociais que foram comuns naquele espaço, como reconhecê-la enquanto experiência individualizada no seu modo de perceber e contar os acontecimentos. Palavras-chave: Brasília; memória; história oral.

ABSTRACT

This article is concerned with the experiences of a “candango” in Brasília, using as analysis his own narrative. Eronildes Guerra de Queiroz, born in Pernambuco, arrived in the Planalto Central in the fifties looking for best living conditions, as well as many other people who saw this opportunity in the new capital’s construction. In 1991, he reports his own trajectory to the researchers of the Public Archive of the Distrito Federal. To think about the subject of this narrative means to solve it while expression of social practices that were common on that space and also recognizes it like individualized experience on its own way to perceive and to tell the events. Keywords: Brasília; memory; oral history.

A história vem para nos ajudar a conhecer quem somos, por que estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestaram e tudo quanto podemos saber sobre a lógica e as formas do processo social.

E. P. Thompson. A lógica histórica – A miséria da teoria.

Uma problemática que vem instigando os pesquisadores que lidam com história oral e memória é a da utilização de entrevistas gravadas por projetos de preservação, arquivadas em instituições públicas ou privadas.² Elas são fontes disponíveis, mas o seu uso vem exigindo uma reflexão sobre sua utilização na investigação histórica. Ao optarmos pela história oral como uma metodologia de pesquisa, normalmente estamos, a partir de nossas problemáticas,

falando da escolha dos entrevistados, da relação dialógica que se estabelece entre eles e o entrevistador, da representatividade das narrativas para a pesquisa. Essas questões se colocam nessa situação de uma outra forma.

Ao utilizar entrevistas gravadas por outros a partir de problemáticas que não são as que agora embasam nossos atuais projetos de pesquisa, essas questões passaram a exigir uma reflexão profunda sobre os caminhos a serem trilhados. Os entrevistados foram selecionados pelos pesquisadores de origem e normalmente relatam suas vivências a partir de roteiros estabelecidos pelas indagações e propósitos que tinham significados para o trabalho que desenvolviam. O contato com esse material tem mostrado possibilidades de análises abertas pelas referidas fontes e indica que os entrevistados têm muito a nos dizer com as suas narrativas.

Talvez a inquietação que mais instigue o pesquisador que lida com esses acervos seja a de se pensar como sujeito em uma relação já estabelecida entre entrevistado e entrevistador, nem sempre conhecidos por ele. Ao utilizar as entrevistas gravadas como fontes documentais, o historiador também se coloca numa relação que inicialmente se construiu longe dele. Considerando que as gravações aconteceram em tempos anteriores, entender essa relação passa a ser um desafio, porque não só um outro personagem aparece na cena (o pesquisador atual), como essa relação se constrói em tempos diferenciados.

Ao propor a análise da cidade de Brasília, na segunda metade dos anos 50, a partir das narrativas dos trabalhadores gravadas pelo Arquivo Público do Distrito Federal nos anos 80 e 90, como lidar com temporalidades diferenciadas? Os trabalhadores falam de um tempo vivido, mas o relatam mais de trinta anos depois, construindo interpretações alimentadas pelas experiências que tiveram naquela cidade. Os pesquisadores do APDF conceberam um projeto de “preservação da memória candanga” e a partir dos seus conceitos de preservação e memória propuseram um roteiro e realizaram as entrevistas nas últimas décadas do século XX. Ou seja, vivências e objetivos diferenciados estão na base da elaboração do acervo que hoje é utilizado para pesquisa. Dessa maneira, qualquer pesquisador que utilize essas fontes para análise de sua temática deve considerar que ele mesmo passa a ser um elemento que se incorpora na relação entrevistado *versus* entrevistador e que, como sujeito dessa relação, lida com a entrevista a partir de uma outra temporalidade. As suas inquietações e os seus pressupostos são o resultado de sua própria inserção na história e foram gestados em outros lugares, em outros espaços, mas encontram caminhos de diálogo nas fontes orais pesquisadas.

Encaro, portanto, o uso dessas fontes na pesquisa histórica como um de-

safio. Ele não pode se fazer deslocado de uma temática de estudo e das indagações que, como historiadora, coloco ao meu objeto e que seguramente não são as mesmas que respaldaram a constituição dos acervos de depoimentos orais.

Trabalhando com o período da construção da cidade de Brasília, um dos projetos da política desenvolvimentista dos anos JK, busco recuperar, nas memórias dos trabalhadores, os sentidos atribuídos por eles às suas vivências no espaço da cidade em construção e como elas são recordadas depois de aproximadamente trinta anos, na qualidade de moradores na capital. Quais os significados de suas narrativas no contexto social no qual estavam e estão inseridos.

Neste texto, utilizo para análise o depoimento de Eronildes Guerra de Queiroz, concedido, em 1991, ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal. Essa é uma das várias entrevistas feita pelo programa, que foi desenvolvido entre 1987 e 1994. Nele, o Projeto Memória da Construção de Brasília gravou depoimentos com pessoas que de algum modo participaram na construção da nova capital — operários de obras, funcionários de escritório, engenheiros, arquitetos, jornalistas e outros, neste último se inserindo o de Queiroz.³

O Programa de História Oral compôs inicialmente um projeto maior intitulado “Memória da Construção de Brasília”, que se justificou na necessidade de preservação e acesso sistemático às fontes disponíveis sobre a nova capital. De acordo com o projeto,

as fontes sobre a memória técnica e artística da construção de Brasília estão dispersas, o acesso às mesmas é precário, bem como são pouco conhecidos os dados quantitativos e qualitativos sobre este tema. Também têm-se poucas informações sobre a localização física desses acervos documentais⁴

Assim, o objetivo do projeto era mais amplo e visava recuperar documentos arquivísticos originais cuja guarda fosse de responsabilidade do APDF e copiar aqueles que estivessem em poder de arquivos públicos ou privados, de interesse para a preservação da memória de Brasília.

Dentro desse universo mais amplo é que o projeto teve como um dos objetivos “registrar e arquivar o testemunho dos atores sociais diretamente envolvidos em todo o processo de criação e construção da nova capital”. O testemunho é aqui entendido inicialmente como o daqueles que mais se destacaram, como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Bruno Giorgi, entre outros, a que se soma o daqueles que colaboraram ou presenciaram os trabalhos desses homens, os candangos.

O que se percebe no projeto proposto é uma preocupação com a memória enquanto campo de afirmação da visão hegemônica sobre a construção da cidade, elegendo atores mais expressivos e elencando outros de acordo com o trabalho que exerceram nos primeiros tempos, como topógrafos, desenhistas, artistas plásticos e fiscais de obras, por exemplo. Nesses outros figuram os trabalhadores como testemunhas do feito e da obra de Brasília.

A entrevista de Eronildes Guerra de Queiroz é temática, feita a partir de um roteiro que aborda os dados biográficos do depoente, sua transferência para Brasília, atividades durante a construção, suas visões sobre condições de vida, lazer, moradia, alimentação, salário, violência policial, acidentes de trabalho, atendimento médico. O roteiro serve de fio condutor não só para essa, mas para todas as outras entrevistas gravadas pelo Programa. O roteiro básico desenvolvido pelos pesquisadores do APDF, a ser seguido desde os contatos preliminares com o depoente, demonstra a preocupação com informações centradas nas atividades exercidas na capital durante a construção. Além da data e local de nascimento, formação profissional e uma indagação de como se deu a mudança para Brasília, interessava saber as funções exercidas, os cargos e as obras das quais participou. Desta forma, entendendo que a transferência para o Planalto Central aparece como um divisor entre tempos vividos pelo depoente, ressaltando o tempo da capital e nele a cidade e suas obras.

É interessante perceber nas diversas transcrições que os trabalhadores entrevistados se movimentavam dentro da lógica dos pesquisadores para evidenciar, no entanto, suas próprias experiências em um processo onde também se viam e se sentem incluídos. Ao narrar, os depoentes vão construindo enredos sobre os fatos, carregados de interpretações, em que eles situam não só a eles mesmo, mas também aos outros com os quais compartilharam a dinâmica social daquele período. Nesses enredos, a história da cidade é reorganizada em torno das experiências ao mesmo tempo individuais e sociais de cada um, e o passado é recriado nas significações do presente e nas perspectivas de futuro.

Queiroz chegou à região do Planalto Central em 10 de abril de 1957,⁵ vindo de Pernambuco, após uma viagem de aproximadamente 15 dias. Nesse ano trabalhou em um areal, em Anápolis. A partir de 1958, em Brasília, exerceu, no período da construção da cidade as funções de motorista, servente e cozinheiro na Construtora Pacheco Fernandes Dantas, o que lhe possibilitou o contato com pessoas diversas e o colocou, ao mesmo tempo, como participante e observador do dia-a-dia nos canteiros de obra. Um total de 124 firmas de serviços de engenharia e assemelhados foram contratadas pela NOVACAP,

a maioria do eixo Rio–São Paulo–Minas Gerais. A construtora Pacheco Fernandes era uma das 32 empresas paulistas.⁶

Indagar sobre o lugar que esse trabalhador ocupou e ocupa na constituição da cidade a partir de sua própria narrativa, na qual vivências do passado são lembradas nos anos 90, coloca o depoente no centro de um enredo tecido por ele, que recupera sua participação na edificação da cidade a partir de duas posições interrelacionadas: a de trabalhador e a de espectador. Considerando o depoimento de Queiroz uma fonte histórica exemplar para a recuperação de outras possibilidades de interpretação que não aquelas construídas por uma memória oficial, que enaltece o arrojo do governo Juscelino Kubitschek e de seus colaboradores no projeto de construção da nova capital, o meu olhar nesta narrativa caminha no sentido de desvendá-la enquanto expressão de práticas sociais, guardadas e lembradas pela memória, que foram comuns naquele espaço, mas ao mesmo tempo reconhecendo-a individualizada no seu modo de perceber e contar os acontecimentos.⁷

Na entrevista de Queiroz, gravada pelo APDF, destaca-se o número reduzido de perguntas e a fluência do narrador em contar, em relacionar elementos do passado (a vida em Pernambuco), do presente vivido como trabalhador na construção de Brasília, e do futuro, transformado em presente e passado (as considerações sobre a cidade após a inauguração). Na qualidade daquele que narra, o entrevistado constrói sua interpretação sobre os fatos e se coloca como sujeito no processo histórico.

Nascido na Fazenda Panorama, no município de São Vicente Ferrer, em 1935, Queiroz concluiu apenas o curso primário, assim como os seus irmãos — “tudo assim semi analfabetos quase” —, com exceção da irmã formada em medicina, na cidade de Recife. Trabalhou na agricultura, em um pedaço de terra dado pelo pai, onde “plantamo banana, laranja, abacate, limão ... feijão fava, feijão boca-de-moça, essas coisas. A fava boca-de-moça que era a mais gostosa, era porque era a mais gostosa a gente botava o nome dela de boca-de-moça”. Essas lembranças agradáveis se mesclam com outras, as das dificuldades enfrentadas pelo nordestino pobre.

As adversidades relatadas na descrição do deslocamento de Pernambuco para Goiás, um Estado até então desconhecido para a população do interior do Nordeste — “ninguém sabia onde era o Goiás; onde é esse Goiás? Ficava todo mundo: não, para ir para lá como é que faz? E ficava aquela luta” — e a trajetória de viagem sinuosa, de cidade em cidade, me faz indagar sobre os significados que uma mudança de vida como essa teve para um trabalhador como Queiroz, que abandona a terra e a atividade agrícola para ser servente e

cozinheiro em lugar até então desconhecido por ele. As agruras daquele então presente vivido ou a construção imaginária de um futuro diferente?

Levantando um argumento comum nas falas dos trabalhadores que concederam entrevistas para o projeto Memória da Construção de Brasília, o depoente reforça que o entusiasmo para partir para outra região deveu-se à possibilidade de mudar de vida, ganhando muito dinheiro. É difícil afirmar que os nordestinos que se dirigiam para a região de Brasília tinham uma consciência clara naquele momento do que seria *arrastar dinheiro com rodo*. Falando em 1991, depois de uma trajetória que demonstra uma certa satisfação com a sua permanência na cidade até essa data, a idéia é mais bem sistematizada, assim como é reconstruída a noção de atraso com que se refere ao Nordeste de onde veio, possibilitando estabelecer um elo de comparação entre a vida levada em Pernambuco, a vivida em Brasília na época da construção e a de agora como morador desta cidade. Respondendo a uma indagação dos pesquisadores do APDF, sobre como ficou sabendo de Brasília, Queiroz afirma:

Aí eu vim num caminhão mais um primo meu. Aí disse que estava arrastando um dinheiro com rodo aqui. A notícia era essa: que tinha visto falar no jornal, no rádio, a notícia que a gente pegava de interior era quando a gente ia na cidade... A gente escutava as notícias: ouvindo falar isso e tal. E lá na cidadezinha tem um rádio, tem uma coisa, de pilha, de pilha não, de bateria. Não existia pilha nessa época. Se existia, ninguém sabia que existia. Muito atrasado, muito atrasado. Aí a gente pegava aquelas notícias lá, e eu fiquei doido pra vim pra Brasília pra ganhar dinheiro.

O município de São Vicente Ferrer possuía, em 1975 — portanto 18 anos após a sua viagem para Brasília — aproximadamente 13 mil habitantes, de acordo com a população estimada em 1º de julho daquele ano pelo IBGE. Situa-se na região do agreste de Pernambuco, entre a mata e o sertão, com solo pedregoso e vegetação escassa. Ao recordar o tempo vivido na região, Queiroz se refere ao atraso, simbolizado pela ausência do rádio, vivido por ele nos anos 40 e 50. O atraso é também o da falta de escolas, que são insuficientes e só no nível primário; o das relações políticas de mando, onde o chefe político local ditava as ordens; o dos modos de viver, de agir cotidianamente nos espaços públicos ou privados; o das carências diárias vividas pela população do lugar, das quais a alimentação aparece como a mais significativa.

É nas explicações construídas para justificar um anseio não concretizado

que busco o valor da escola, do ensino continuado que, na leitura inversa da narração, pode significar tudo na vida:

Eu só fiz o primário só e meus irmãos. Agora, tenho uma irmã formada em medicina, mas essa veio pra Recife depois. Se formou em Recife depois que criou universidade e tudo, essa coisa. Aí ela se formou. E os outro meus irmão ficou tudo assim semi-analfabeto quase. Só com o primário e mais nada na vida.

Ao justificar sua trajetória no Nordeste e as expectativas não realizadas, a memória recria essa experiência do passado e constrói explicações que possuem significados no presente, no ato da gravação do depoimento. Nessa recriação, tanto a ausência da escola como as dificuldades encontradas para estudar se mesclam na tentativa de construir um retrato do viver no interior do Nordeste. Instado a falar sobre a região onde nasceu e sobre a sua escolaridade, Queiroz constrói uma explicação que ao mesmo tempo justifica para si, e para os que o ouvem, a ausência de uma educação formal continuada e retrata as dificuldades de uma família pobre de interior para dar estudo aos filhos:

O nome do pastor era Bernardino, na cidade de Machado. Eu estudei lá. Quiseram acabar com a escola lá, disse que ia acabar com a escola no cacete — você vê o atraso — porque só quem podia era as escola primária. Escola primária era, não tinha um lugar, era nas casas mesmo; na casa, um bocado de banco velho lá e era uma escola. Era dentro das casas mesmo. Não tinha nem a escola. Na casa de um político daquele, inventava uma escola. É ali que vai ser a escola. Pronto. Fazia um galpão lá, botava um bocado de banco velho, era aquela a escola velha, lá. Porcaria. Eu viajava, ainda tinha que viajar de jumento, duas horas de jumento, era furado. E duas hora de volta. Era quatro hora pra gente, pra chegar na escola.

Como não é possível atribuir responsabilidade por uma situação, que Queiroz qualificou como atraso e que retrata as vivências ainda presentes nos anos 90, a construção de uma justificativa exterior pode oferecer uma explicação aceitável para um sonho não realizado:

Eu estudei só o primário. Porque naquela época não existia um colégio. Porque era decreto de Portugal. Como o Brasil ainda não tava bem civilizado, então ainda tinha aquela tradição de permanecer as coisas de Portugal. Então, não existia universidade no Brasil. Porque no Brasil não existia universidade. Era um decreto que existia em Portugal...

A imaginação e o desejo se somam nessa explicação. Ela faz emergir as expectativas de uma vida pessoal diferente que levam o narrador a retirar de si as culpas pelo não realizado, ao mesmo tempo manifestando uma insatisfação com a ordem estabelecida. À construção imaginária que desloca, do sujeito e do país para um fator externo, as razões do atraso, soma-se uma descrição densa das condições sociais presentes no interior do Nordeste.

A associação entre universidade, civilização e riqueza, que está presente na narrativa, nos permite desvendar alguns valores que lhe são caros. A educação é sem dúvida um desses valores, talvez despertado pelos anos de trabalho no Ministério da Educação como segurança durante o período militar. Trabalhar nesse ministério tendo apenas o curso primário pode ser entendido como um paradoxo. Conviver com ele passa pela necessidade de afirmar que quem quisesse estudar, “tinha que estudar lá ... em Portugal”, mas isso era para “o rico que quisesse formar seus filhos”. Mas ele era pobre e, para os pobres, aprender era enfrentar o atraso, era ser desbravador e — por que não? — vencedor.

A reconstrução fotográfica do viver nesse período, em Pernambuco, está presente também em outras falas, nas quais o paladar do feijão boca-de-moça — “como ele é gostoso” — se mistura com uma avaliação da alimentação que é “meio grosseira; lá não tem arroz. O arroz lá é só pra rico”. Há um certo tom de crítica e ao mesmo tempo de recusa das condições de vida que enfrentou antes da vinda para Brasília, condição que não foi e não é só sua, mas da maioria da população pobre da região:

Agora, quando faz um arroz, aqueles pobre lá, você pode pegar uma colher de arroz ali na panela e jogar na parede assim, é mesmo que cimento: bate lá, não sai de jeito nenhum, porque tá lá aquele grude. Ele não sabe fazer um arroz, porque lá não usa gordura também. Lá é tudo na base da água ... Não tem óleo, não usa nada; é só o tempero. Bota a água pra ferver, quando a água tá fervendo, bota o tempero e bota a comida dentro e aí faz, é assim. Agora, ele não tem o óleo, além dele pegar um pouco embaixo ele vira um grude desgraçado, desmancha todo. Não sabe se é arroz, o que que é. Você pega uma colher daquela e joga assim ela fica lá na parede. É, pá, ela fica lá. Só se for com uma pá pra arrancar aquilo ali.

É interessante observar que nessas lembranças não é só o passado que é recomposto. Passado e presente se mesclam em uma relação pela qual, ao falar dos primeiros anos de sua vida no Nordeste, é também o hoje que se des-

cortina. A população pobre parece não ter alterado as suas vivências na medida em que o depoente utiliza os verbos no presente: “o pobre, ele não *sabe* fazer; lá não *usa* gordura, não *tem* óleo”.

Ao fazer essas afirmativas, Queiroz se reconhece como portador de um saber que foi adquirido, não no Nordeste, mas no ofício de cozinheiro na Construtora Pacheco Fernandes. Antes disso, a arte da cozinha era-lhe desconhecida. Foi na preparação da comida dos motoristas e encarregados que aprendeu a fazer “um bife melhor, um feijão e um arroz mais caprichado”. Essa experiência nos canteiros de obra lhe possibilita dirigir um olhar para o passado e construir uma avaliação dos seus tempos de menino e da alimentação do nordestino, dados que ficaram registrados na sua memória.

Nas referências aos desmandos da política, o entrevistado não só aponta a falta de respeito aos mínimos direitos, como recusa os modos de ser, de agir, as relações de poder que subjugavam (e subjugam) muitos:

A delegacia era um quarto velho lá, feito de barro mesmo. Barro com cipó e madeira; barro, cipó e madeira levantou a delegacia. E nem grade não tinha, quer dizer, nem ferro não tinha. Trancava ali, não sei como o cara não morria. Ficava lá dentro trancado no escuro, naquele troço doido lá. E os cara do lado de fora num salãozinho assim na terra. Cuspindo no chão, fumando e cuspindo no chão. Escarrando, cuspindo, jogando cigarro, tudo no chão porque não tinha cimento, não tinha nada naquela época ali. Era tudo cuspindo no chão mesmo. Chão bruto, era chão bruto.. Não era cimentado, não. Era chão... era cada cuspidinha que você até morria de rir, raiva e nojo, mas nego não tem esse negócio de escarrar e sair pra cuspir ali fora, não. Cuspia ali mesmo. Deixa o monte ali. Ia escarrando e deixava o monte ali. E ninguém falava nada, se falasse já viu. Falasse, o pau quebrava, aí o pau ia quebrar.

Queiroz usa uma expressão muito forte para sintetizar suas lembranças desse tempo vivido em Pernambuco: “que coisa é o passado, coisa triste. Só coisa triste”. O passado é descrito enquanto negatividade, a partir de outros padrões de vivência experienciados por ele em outros tempos e outros lugares. Após a inauguração da nova capital, ele permaneceu na cidade, exercendo a função de segurança dos ministros da Educação. Nos anos 90, está estabelecido em Brasília, morando no Cruzeiro Velho.⁸

As experiências de homem adulto lhe trouxeram novas visões sobre o passado, o levaram a recriar valores, fazendo-o questionar as suas experiências de menino com o olhar adquirido nas relações vivenciadas em Brasília.

Nesse sentido, a noção de atraso e a tristeza com que ele olha para trás, nas suas lembranças, são juízos de valor construídos a partir daquilo que foi se tornando importante na sua trajetória. Os valores de civilidade, de educação formal, do conforto do hoje amparam também a visão do ontem.

Comparando os tempos vividos em Pernambuco com a vida que a sua família continuou a ter após sua ida para o Planalto Central, Brasília passa a ser olhada como “uma obra tão fantástica”. Fantástica não pela arquitetura que a tornou conhecida no mundo todo, mas porque foi nela que Queiroz conseguiu se estabelecer e ajudar a família:

lugar lá que não tinha água no Nordeste, eu mandei cavar poço artesiano. Lugar que nunca teve água, uma fazenda que papai me deu também, repartiu pra eu e meu irmão mais velho. Nunca teve água. Eu quando cheguei aqui, mandei dinheiro, cavaram poço artesiano lá. Toda vida teve problema de água nessa fazenda. Agora, tem água lá que esbanja, que esbanja tudo.

Nessa descrição, o narrador é o sujeito da transformação de uma terra árida em produtiva. Talvez uma transposição de uma visão construída em torno da figura de Juscelino como líder: “um homem peitudo, homem trabalhador, o homem não era ladrão; um homem como aquele era um brilhante lapidado”. Na narrativa, o depoente relaciona a sua história com o lugar e a presença do herói fundador, que se identifica com alguns valores, como ser desbravador e honesto e exercer liderança, valores que também seriam os seus. A afirmação desses valores fornece os elementos para a crítica aos políticos atuais, deputados e senadores, que “eles além de roubar ainda bota ladrão na rua”, e ao próprio presidente da República (na época da entrevista Fernando Collor, chamado de “demagogo”, “hipócrita, interesseiro, só vê o lado dele, só vê um lado...”).

Mas, mais do que JK, a descrição de Bernardo Sayão⁹ fornece as qualidades e as virtudes do homem no qual Queiroz se espelha:

Bernardo Sayão, o homem mais trabalhador de Brasília na época. E a peçoza-da, os candango aqui de Brasília, os peão que trabalhava, trabalhava naquela época era os candango, era os peão. Aí era tudo a favor dele. Se aquele homem fosse o presidente da República, Brasília ganhava em peso...

Bernardo Sayão era como um deus. Até tinha mais cartaz do que Juscelino, porque ele tava sempre em contato assim com o peão. Com o peão, com o mes-

tre de obra, com o pedreiro, com o servente, com tudo. Ele era desse jeito, ele não tinha negócio de panca com ele.

A imagem construída na memória sobre Sayão pode expressar expectativas presentes nos canteiros de obra, depois desfeitas, entre elas a da possibilidade de uma sociedade em que as relações sociais fossem mais igualitárias, imagem elaborada na aproximação que a fala estabelece entre o chefe e o candango, entre o engenheiro e o peão, possibilidade que poderia ser a do país “se aquele homem fosse o presidente da República”. Um sonho ucrônico ainda alimentado na vivência dos anos 90, quando Queiroz concede a entrevista para o Programa de História Oral?¹⁰

Há, entretanto, uma percepção das relações de poder presentes nos canteiros de obra, que pode ser vislumbrada na descrição de um confronto entre Sayão e Israel Pinheiro:¹¹

Então, naquela época até houve uma briga dele com o Israel Pinheiro, dentro do escritório. Ele chegou a dar uma tapa no Israel Pinheiro. Aí, ele disse assim, eu vi ele dizendo assim para um rapaz lá, que eu conheço ele do escritório, dizendo assim: “Ó, você não tá vendo isso aí. Isso vai custar a minha vida”. Ele falando e ele saiu. Ele era um homem muito disposto.

Essa descrição alimenta uma versão imaginária da morte de Bernardo Sayão, quando da construção da estrada Belém-Brasília. Negando a versão oficial da morte nas obras da estrada em decorrência da queda de uma árvore, Queiroz sustenta uma versão de assassinato — “e ele foi mandado matar ... ele tinha furada de faca, tinha tiro, tinha tudo ... ele tinha até furada de espeto, ele tinha” — que arrefece o ideal de uma outra sociedade. E “para não dar uma revolução, você sabe o que aconteceu?”, pergunta o depoente. “Botaram ele dentro do caixão ... e bateram o caixão todo de prego pra ninguém ver”. Com isso a possibilidade da mudança, não realizada, é afastada.

A morte de Sayão é descrita nas memórias de Juscelino¹² como um fato trágico que enlutou toda a nação. Em 15 de janeiro de 1959, Sayão, Gilberto Salgueiro e Jorge Dias discutiam embaixo da barraca do acampamento enquanto árvores eram derrubadas para a construção do campo de pouso onde o presidente deveria descer em 31 de janeiro. Salgueiro saiu da barraca e minutos depois ouviu-se um estrondo. A árvore atingiu Dias no braço e Sayão teve uma fratura exposta na perna esquerda, o braço esquerdo esmigalhado e o crânio fraturado. Essa descrição em nada se assemelha aos fatos narrados

por Queiroz. No entanto, em um ponto as narrativas confluem: a visão de Bernardo Sayão como companheiro. Na descrição feita por JK, “em Brasília a notícia causou impacto. Cruzes de crepe começaram a surgir nas janelas da Cidade Livre. Surgiram panos pretos nos pára-choques dos caminhões”, indicando um movimento espontâneo de manifestação da dor pela perda de alguém que era respeitado entre os trabalhadores. Manifestação que é reafirmada na descrição de Queiroz, contando-nos que muitos peões dormiram no cemitério “em cima da cova” e só saíram dali no dia seguinte.

O que o entrevistado sugere no seu relato é que a história do Brasil poderia ser diferente se homens como Sayão assumissem os destinos do país: um desejo pessoal que é frustrado nos caminhos trilhados posteriormente. A frustração se expressa nas imagens tecidas sobre 1964. Assim, à visão de um sonho desfeito na morte, soma-se um certo desapontamento com os rumos da cidade após a “Revolução”, desapontamento que provavelmente não é só seu, mas de muitos trabalhadores que permaneceram em Brasília. A revolução veio interromper um ciclo de vivências e tentativas de construção de territórios. A crítica de Queiroz centra-se na repressão, na perseguição aos comunistas, na destruição de documentos, no desaparecimento de pessoas. Incluem-se na sua descrição a invasão dos sindicatos, a repressão no *campus* da Universidade de Brasília onde “uns 80 estudante sumiu, mataram ... porque os homem inteligente eles acabava”, e a crítica ao apoio dos Estados Unidos à atuação do exército brasileiro, uma invasão dos americanos ao Brasil.

Esta última referência provavelmente elaborada a partir das informações a que teve acesso nos anos posteriores.¹³ Ações a que Queiroz atribui o seguinte significado: “roubaram a memória do Brasil”. A memória dos “desbravadores” que, como ele, enfrentaram condições adversas na região do Planalto Central, motivados pela busca de uma vida melhor. Talvez, mais do que isso, roubaram a possibilidade de um outro mundo alternativo, diferente da realidade existente, mas em algum momento desejável.

É Portelli que nos chama a atenção para o significado do depoimento oral como um evento em si mesmo. Nele a imaginação criativa é um elemento a ser considerado nas descrições “erradas” dos fatos históricos pelos narradores: ela pode significar a imersão de sonhos, de expectativas, de esperanças ainda latentes. Essa inexatidão factual de muitos relatos torna-se relevante porque preserva “a auto-estima do narrador e o sentido por ele dado a seu próprio passado”, embora se torne mais difícil avaliar os movimentos mais gerais da história.¹⁴ Na descrição de Queiroz, o narrador se coloca no centro dessa construção imaginária como autoridade que “viu ele dizendo assim”,

conferindo ao evento um sentido histórico e permitindo a si mesmo transcender a realidade. Através do relato da sua visão pessoal, ele expõe e sustenta a esperança e o desejo contidos.

Trabalhar e viver no espaço de uma cidade em construção, mais projeto do que realidade entre 1956 e 1960, aparecem nas lembranças de Queiroz como tempos de dificuldades, mas também de compensações. A jornada de trabalho extensiva; a ocorrência de muitos acidentes nos canteiros de obras; a má qualidade da comida dos peões, feita com o óleo *Sol Levante*, “que dava tanta dor de barriga no povo”; as péssimas condições dos alojamentos “cheios de percevejos”; a falta de assistência médica, com apenas “o hospitalzinho do IAPI, de tábuas, ali”; a presença de lepra e doença de Chagas, entre outras; a violência da polícia e as mortes dos trabalhadores compõem a descrição das dificuldades que os candangos enfrentaram nesse período, que são mediadas pela visão positiva dos salários, “porque diz que nas obras de Brasília só dava cavalo e nota de mil”. E foi com o que recebeu como remuneração de seu trabalho que Queiroz ajudou a família, que ficou no Nordeste.

Considerando a cidade de Brasília como o lugar onde os trabalhadores reelaboraram suas experiências de passado e a partir delas projetaram futuros diferentes daqueles passados vividos, podemos compreender não só as motivações pessoais para a busca de trabalho e o enfrentamento das dificuldades na fase da construção, como as permanências desses trabalhadores na cidade até hoje. Brasília dos anos 50 e início da década de 60 aparece como um elo de ligação entre um passado de privações e um presente construído por lutas, por conquistas, pelos trabalhadores, que reorganizaram os espaços da capital, teimando em ficar e permanecendo em um local que não foi pensado para eles. Com isso, os candangos remodelam o projeto de cidade, que não é mais o projeto original, e legitimam lugares e cenários que possuem importância nas suas trajetórias.

O Núcleo Bandeirantes¹⁵ é, nesse sentido, uma referência sempre presente nas lembranças dos trabalhadores. Para Queiroz, o lugar do comércio: “uma rapadura que você quisesse tinha que ir no Bandeirante. Ia lá no Bandeirante comprava uma sanfona, outro comprava um violão, outro comprava um radiozinho”. Comércio que possibilitava a formação de lugares e momentos de identificação de grupos de trabalhadores nas lembranças das cantorias (*a gente tinha uns sanfoneiros do Nordeste*), nos relatos de casos vividos, nas trocas de favores, na constituição de espaços de solidariedade.

O Núcleo Bandeirantes — a antiga Cidade Livre — foi idealizado por Bernardo Sayão para ser um centro comercial e recreativo para os trabalha-

dores de Brasília. Em 1958, o comércio já era bastante ativo, com padarias, açougues, farmácias, hotéis, bares, empresas de transportes, agência bancária e a zona boêmia, com a famosa Casa de Mariazinha. Não havia asfalto nem luz, e dos alto-falantes dos postes nas ruas poeirentas ecoavam música nordestina, anúncios, notícias do Brasil e do mundo e os últimos sucessos dos cantores populares.¹⁶ Essa descrição fornece uma visão de efervescência da Cidade Livre naquele período e como ela foi se tornando um ponto de referência dos trabalhadores. Embora distante do Eixo Monumental, era para lá que eles se dirigiam. Na fala de Queiroz, a lembrança do Nordeste ali é muito presente e elementos de identificação são pontuados em diversos momentos, como a comida (rapadura) e a música.

A Vila Planalto¹⁷ também é recordada como um dos espaços de convivência e de conflitos vividos pelos trabalhadores. Localizava-se entre os Palácios do Planalto e da Alvorada, em área próxima às obras, na parte sul do Eixo Monumental. Na época da construção de Brasília, a Vila Planalto ocupava uma área extensa, formada por acampamentos das construtoras. O Lago Paranoá cobriu parte dessa área. Nas lembranças dos trabalhadores, a vila é uma referência não só do trabalho, mas também do lazer e das tensões vividas ali:

Ou se não se ia ali pra Vila Planalto, que ali tinha um alto-falante. Aí chegava lá, você pagava ao cara pra tocar aquelas músicas. O que você queria ouvir. Você tava cheio de saudade, tocava aquelas música e, às vezes, oferecia também pra uma pessoa que você gostava ali, que tava querendo aquela mulher. Aí oferecia pra aquela, mas tinha que ter cuidado pra ver se aquela mulher não tava... senão o cara vinha lhe pegar. Vinha lhe pegar na faca. E aí tinha, às vezes, o cara tocava sanfona, às vezes, arranjava assim aquelas mais, aquelas velhas, aí dançava com elas.

A maior parte dos trabalhadores foi para Brasília só, sem mulher, sem família. A saudade e o sentimento de isolamento passaram a fazer parte do seu cotidiano. Essa situação favorece a ida de meretrizes, acreditando nas possibilidades de um mercado de trabalho que se abria. A relação que se estabelece entre elas e os candangos faz do Hotel de Brasília um outro ponto de referência na memória, um lugar que “não era um hotel não, era uma zona, uma baracaiada lá cheia de quarto”. Mas era onde o candango se sentia “doutor”:

E aí, interessante, é que todo mundo chegava lá, as mulher perguntava o que era que ele fazia, não tinha um servente. Não tinha, trabalhava tudo em escritó-

rio. Aí eu ria, rapaz. E aí eles chegava — o peão é bicho desgraçado — ele se arrumava todo, se ajeitava, perfumava, penteava aquele cabelo cheio de poeira, de terra, era metade de terra; e se arrumava todo e se benzia e saía. Depois entrava num sapatão, engraxava. Pegava a jardineirinha. Quando chegava lá no hotel pra pegar as mulher, o que que você é? Não, eu trabalho no escritório. No mesmo, no outro dia ele tava empurrando uma jirica cheia de concreto. Pegado num picareta, rapaz. Pegado num picareta, na pá, lá. Aí lá na zona, na namorada, era tudo chefe de escritório, trabalhava tudo em escritório.

Essas referências localizam em outros lugares, que não o Palácio da Alvorada ou o Congresso Nacional, os pontos evocados pela memória, espaços que podem ser analisados como de constituição de identidade dos trabalhadores em Brasília. Simbolizam experiências que foram compartilhadas, marcadas por aproximações e conflitos. O Núcleo Bandeirante, a Vila Planalto, o Hotel Brasília encerram essas vivências ao mesmo tempo individuais e socializadas. Nelas, é o cotidiano do trabalhador que emerge da narrativa: as suas dificuldades em se adaptar a uma situação nova, mas que acreditava promissora; os seus enfrentamentos às situações adversas, muitas vezes se adaptando às condições precárias do viver; os seus valores adquiridos sem dúvida ao longo da trajetória vivenciada, que atribui à educação um papel privilegiado, talvez uma das condições para uma sociedade mais igualitária, que a construção do mito Sayão nos sugere.

Ao relatar suas experiências em Brasília, aquelas que a memória preservou e que foram realimentadas e refeitas na trajetória vivida nesses anos todos como morador da cidade (a entrevista foi gravada em 1991), a narrativa de Queiroz identifica ele próprio e, ao mesmo tempo, muitos trabalhadores que percorreram trajetórias semelhantes. Não no sentido da construção de uma identidade coletiva que anule as individualidades. Individualidade do sujeito histórico que é reafirmada por Queiroz na sua última fala, feita de forma espontânea, independente de pergunta aposta pelas entrevistadoras, quando ele encerra a sua participação com a seguinte afirmativa: “Eu sou Eronildes Guerra de Queiroz, moro no Cruzeiro Velho, na Quadra xx, Bloco x, Casa xx. Meu telefone é xxxxxx, professora”.

Eronildes Guerra de Queiroz foi um trabalhador da construção da nova capital; foi participante e observador dos acontecimentos naquele período e sobre eles construiu as suas interpretações; transformou-se em um morador da nova cidade após a inauguração, lançando sobre ela novos olhares; colocase também como ator-sujeito na narração de todo o processo histórico vivi-

do, no momento em que é o personagem principal da entrevista gravada, em 1991, pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Na sua fala emerge o significado de Brasília como esperança. Esperança primeiro de ganhar dinheiro, depois de mudar de vida em um país que fosse diferente, porque diferente seria a sua capital. A frustração com os destinos do Brasil, manifesta na sua crítica à “Revolução” demagógica e aos governantes, não apaga os desejos contidos.

NOTAS

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada como comunicação no V Encontro Regional Sudeste de História Oral — ABHO, realizado em Tiradentes, no período de 19 a 21 de novembro de 2003.

² As relações entre história oral e memória têm sido objeto de reflexão no nosso trabalho de orientação dos alunos do Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia. A participação no Grupo de Estudos sobre essa temática na PUC/SP, nos anos de 2002 e 2003, possibilitou, aos professores da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, não só o contato com uma historiografia diversificada, como o debate sobre questões relacionadas ao tema, a partir de nossas próprias pesquisas. Este texto explicita parte dessa experiência.

³ QUEIROZ, E. G. de. *Depoimento*. Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991, 51p. Entrevista realizada por Vera Lúcia Pereira Duarte e Marli Guedes da Costa. A entrevista foi gravada no dia 10 de dezembro de 1991, no Arquivo Público do Distrito Federal, com duração de três horas e vinte minutos. São quatro fitas cassete que foram transcritas e digitadas, sendo a conferência e leitura final de responsabilidade das próprias entrevistadoras. O APDF disponibiliza cópia desse material para os pesquisadores.

⁴ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria da Cultura. Arquivo Público do Distrito Federal. *Memória da Construção de Brasília. Projeto*, s.d., p.3.

⁵ Os dados sobre o depoente que constam neste texto foram extraídos da própria entrevista e do diário de campo que a acompanha.

⁶ LOPES, L. C. *Projeto Brasília: modernidade e história*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) — FFLCH, USP.

⁷ Reflexões importantes sobre a história oral e sua relação com a história social e da cultura podem ser encontradas em: KHOURY, Y. A. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*. Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, n.22, jun. 2001, p.79-103. Essas reflexões forneceram os subsídios para as análises desenvolvidas neste texto.

⁸ Cruzeiro constitui uma das regiões administrativas do Distrito Federal. O Cruzeiro Velho corresponde a área ocupada a partir de 1955 por aqueles que vieram trabalhar na nova capital. As primeiras construções, blocos de dez casas geminadas, começam a ser edificadas em 1958, destinadas aos funcionários públicos federais transferidos do Rio de Janeiro. Nos anos 60, os moradores enfrentaram situações difíceis como falta de água e luz, invasões, limpeza urbana deficiente. Ver: www.cruzeiro.df.gov.br.

⁹ Bernardo Sayão foi um dos diretores da NOVACAP, nomeado em 1956, juntamente com Israel Pinheiro (presidente), Ernesto Silva e Iris Meinberg. Em 1958 foi encarregado da construção da estrada Transbrasiliana (Belém-Brasília). Em 1959, uma árvore derrubada na abertura da estrada cai sobre a barraca onde estava Sayão, que morre em virtude desse acidente.

¹⁰ O texto de Alessandro Portelli, intitulado “Sonhos Ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”, é uma leitura importante e nos fornece indícios para trabalharmos o depoimento “como um evento em si mesmo”, submetendo-o “a uma análise que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido, como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo”. O autor, ao analisar as narrativas dos ativistas e antigos trabalhadores comunistas do setor naval de fundição de aço, da cidade de Terni, na Itália, trabalha a imaginação e a subjetividade dos depoimentos como formas de manifestação de possibilidades no desenrolar da história: “as hipóteses ucrônicas permitem ao narrador transcender a realidade como dada e recusar a se identificar e se satisfazer com a ordem existente”.

Ver: PORTELLI, A. *Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, n.10, dez. 1993, p.41-58.

¹¹ Israel Pinheiro era deputado federal, estava em sua terceira legislatura quando foi convidado por Juscelino Kubitschek para assumir a presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital — NOVACAP. Após a inauguração é nomeado primeiro prefeito de Brasília.

¹² KUBITSCHKEK, J. A morte do bandeirante. In: *50 anos em 5: meu caminho para Brasília*. v.III, Rio de Janeiro: Bloch, 1978, p.257-9.

¹³ No período da ditadura militar Queiroz trabalhou como segurança no Ministério da Educação até a gestão de Jarbas Passarinho. Sua vivência nesse período o leva a tecer comparações entre o “plano que Juscelino fez” e o que o país viveu após a “Revolução” que, segundo ele, foi patrocinada pelo governo americano.

¹⁴ PORTELLI, A., op. cit. Ver também: ALMEIDA, P. R. e KHOURY, Y. A. História oral e memórias. Entrevista com Alessandro Portelli. *História & Perspectivas*, n.25/26, p.27-54. Uberlândia: EDUFU, 2001-2002.

¹⁵ O Núcleo Bandeirante surgiu em 1956 com o nome de Cidade Livre, porque lá era permitido não só residir como também negociar, com isenção de tributação. A perspectiva era que a cidade desaparecesse com a inauguração de Brasília. Com isso os lotes não fo-

ram vendidos, mas emprestados em forma de comodato àqueles interessados em estabelecer residência ou comércio. A partir de 1960 os contratos de comodato foram cancelados e os comerciantes transferidos para a Asa Norte. Os terrenos desocupados foram invadidos por famílias de baixa renda. Em 1961, o governo, pressionado pelo movimento popular, cria oficialmente a cidade com o nome de Núcleo Bandeirante. Ver: www.codephan.df.gov.br.

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Núcleo Bandeirante, a cidade que nasceu livre*. (Cadernos de Pesquisa, 9). Brasília, 2001.

¹⁷ A Vila Planalto surgiu da instalação dos acampamentos das construtoras. A Rabello e a Pacheco Fernandes foram as primeiras empresas, ainda em 1956, a se instalarem longe da Cidade Livre para construírem, respectivamente, o Palácio da Alvorada e o Brasília Palace Hotel. Com o término dessas obras, os acampamentos foram transferidos para o local da hoje Vila Planalto, onde permanecem muitos dos seus antigos funcionários, vivendo nas construções originais. A Vila Planalto é um conjunto urbano constituído de casas de madeira que formam grupamentos diversificados. Pelo seu reconhecido valor histórico, foi tombada em 1988. Ver: www.depha.df.gov.br.